

Líder no Senado prevê sucesso da "diretas-88"

O líder do PMDB no Senado Federal, senador Fernando Henrique Cardoso, considerou que o movimento pelas eleições diretas em 88 está sensibilizando o povo a ponto de prever que a histórica campanha de 84 será repetida, sendo tudo questão de tempo. O ingresso do senador Mário Covas na campanha foi aplaudido por Cardoso, que acredita no fortalecimento do movimento e maior participação popular nas ruas. Parlamentares da ala progressista do PMDB comentaram que esta estratégia foi firmada entre Covas e Cardoso, pois enquanto um sai para a rua o outro fica para negociar as questões polêmicas de votação na Constituinte.

Mas seu parceiro de Aliança Democrática, o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, desconhece o movimento popular pelas eleições diretas 88, resumindo que tudo não passa de uma trama armada por políticos oportunistas, com interesses pessoais aliados à ex-ministros inconformados com o afastamento do Governo Federal. O líder indagou ainda: "Com que autoridade moral vou votar na Constituinte para retirar um ou dois anos do presidente Sarney e não vou tirar o meu mandato, quando o dele e o meu têm origem na mesma Constituição que está acabando?". Irritado, o senador desabafou: "Ou vale a atual Constituição, mantendo os seis anos, ou após a promulgação da nova Constituição seja dissolvido todo o Congresso Nacional, e convocadas eleições diretas gerais, desde à Presidência da República até a vereador".

Constestação
Mas, o líder em exercício do PT, deputado Plínio Sampaio contesta a liderança do PFL, considerando que o movimento das diretas-88 está conseguindo sensibilizar o povo justamente pela necessidade de se ter um governo legitimado pelo voto popular. "Partimos de um princípio, no qual o Brasil só terá um governo forte quando este tiver legitimidade popular", frisou. O líder do PSB, senador Jamil Haddad, visivelmente preocupado com o futuro do movimento suprapartidário pelas diretas 88, fez um alerta para a precipitação do lançamento de candidaturas, em sua opinião "um fato inoportuno e perigoso", que, pode inclusive dividir a campanha. "Ninguém faz feijoada sem feijão, por isso não adianta o partido querer lançar nomes à Presidência, quando na realidade não temos data fixada para realização das eleições diretas", uma crítica direta aos presidenciáveis Brizola (PDT), Lula (PT) e Covas (PMDB).

Para o líder do PDS, deputado Amaral Netto, o senador Mário Covas está entrando em um barco furado, pois segundo ele, a campanha pelas diretas está fadada à desgraça. "Ele, se não cuidar, será vaiado em praça pública, pois os interessados nesta babúrdia são ao PT, PDT e o PC do B", disse. O líder do PDS revelou que os autores deste movimento são os mesmos de 84, "só que eles tomaram conta do Governo e se esqueceram das diretas, e agora, com o fracasso do Cruzado, estão lembrando tardiamente", comentou.

Baianos querem ver Waldir em comício

Salvador — A comissão organizadora do primeiro grande comício pelas eleições presidenciais em 88 vai tentar conseguir a participação do governador Waldir Pires, da Bahia e do prefeito Mário Kertesz, de Salvador, na manifestação, marcada para o dia 28, provavelmente na Praça Municipal. Caso não alcance esse objetivo, tentará obter do governador e do prefeito, ambos do PMDB, a promessa de alguma ajuda material e "um apoio político, mesmo à distância", segundo revelou ontem o líder do PC do B na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima.

Ontem mesmo, Kertesz anunciou sua posição. É a favor dos cinco anos de mandato para Sarney, entende que a campanha pelas eleições em 88 não deveria ir às ruas e que o PMDB, estando no governo, não deve se submeter ao voto popular antecipado e desnecessariamente. "Deve, sim, exercer o poder, credenciando-se a este voto no momento próprio", observou.

Logo ao saber da posição do prefeito da capital, Haroldo Lima afirmou que continua disposto a procurá-lo, mas ressaltou que o objetivo principal é obter uma posição favorável de Waldir Pires.



Fernando Henrique acredita na repetição da campanha de rua

Comissão examina hoje o projeto Faria de Sá

Mesmo com a ausência do relator, deputado Bernardo Cabral, em viagem à São Paulo, o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), fixando eleições diretas para presidente da República em 15 de novembro de 1988, será votado hoje às 9 horas na sessão matutina da Comissão de Sistematização. Para ser aprovado, o projeto precisa de 47 votos, que representa a maioria absoluta dos membros da Sistematização como prego o Regimento Interno.

A proposta de eleições diretas para presidente em 88 é apoiada por todos os partidos de esquerda, mas segundo o líder em exercício do PT, deputado Plínio Sampaio, será muito difícil o projeto ser aprovado, já que o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna ameaça boicotar a votação, exigindo que os integrantes do Centro Democrático e titulares da Sistematização não compareçam à sessão matutina.

Mas líder do PSB, senador Jamil Haddad, explicou que a estratégia da esquerda será a mesma utilizada na votação e aprovação do projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ) — proibindo que a dívida externa fosse convertida em capital de risco — colocando todos os suplentes em estado de alerta e aguardar, com muita ansiedade, a presença e

ajuda do parlamentares da ala progressista do PMDB ligados ao senador Mário Covas.

Inviável
O líder do PFL no Senado Federal, senador Carlos Chiarelli, qualificou o projeto de decisão como de absoluta inviabilidade regimental, pois para ele, projeto de decisão não tem nada a ver com o mandato do presidente da República. Explicou que projeto de decisão é aquele que se toma em momentos excepcionais, quando ocorre situações concretas de ameaças à soberania da Constituinte. "Existe um paradoxo total na proposta, pois como pode se diminuir um mandato de um presidente da República que foi justamente o autor da convocação desta Constituinte", indagou o senador.

Já o deputado Bernardo Cabral, revelou que as constantes discussões sobre a duração do mandato do presidente José Sarney poderia atrapalhar o andamento dos trabalhos da Constituinte, e por esta razão iria acatar na preliminar o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria. Mas quanto ao mérito da matéria, o relator irredutivelmente é contrário ao projeto, porque defende o respeito pela atual Constituição em vigor que fixa o mandato presidencial em seis anos.

Mota prevê fracasso do PMDB

Fortaleza — O ex-governador Gonzaga Mota, previu o fracasso eleitoral do PMDB, caso "alguns segmentos do partido continuem afastados do povo". Ele se referiu aos seus correligionários que defendem o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, enquanto o povo, segundo Mota, "quer eleições diretas em 88".

Trata-se de uma clara alusão ao atual governador Tasso Jereissati, de quem continua rompido politicamente e que defende cinco anos para o Presidente da República. Nas últimas eleições, Gonzaga Mota apoiou o atual governador.

O ex-governador do Ceará, está organizando um comício em favor das eleições diretas para Presidente da República, em Fortaleza, que será realizado ainda este mês. Os peemedebistas que seguem a orientação de Mota, defendem o lançamento de sua candidatura a prefeito de Fortaleza, nas eleições do próximo ano.

Lysâneas quer coibir declarações de militar

O deputado Lysaneas Maciel (PDT-RJ) encaminhou ontem à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte um projeto de decisão em que fica vedado aos militares se pronunciarem sobre temas que estão sendo tratados pela Constituinte. O deputado, ao justificar, cita o pronunciamento do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, sobre a anistia e, a estabilidade no emprego.

O projeto de decisão está previsto no parágrafo 7º do artigo 59 do regimento interno da Constituinte. Seu objetivo é evitar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões da Constituinte.

Já Tasso Jereissati voltou a defender ontem em São Paulo, os cinco anos de mandato para Sarney, como única forma de evitar a corrida sucessória, que já começa a acontecer. Ele insistiu que o momento deve ser de conclusão dos trabalhos da Constituinte.

"Essa corrida à sucessão presidencial só existe por causa da perspectiva dos quatro anos. E se for esse o prazo realmente fixado, então ela será deflagrada imediatamente, o que é extremamente negativo antes de concluída a Constituição", disse.

Segundo Jereissati, o mais importante hoje é a definição, pela Constituinte, do novo sistema de governo. Defensor do parlamentarismo, "em teoria", Jereissati acredita, no entanto, que é necessário um período de transição com a eleição de um novo Presidente para só então se entrar no sistema parlamentar.

Lysaneas Maciel encaminhou seu projeto de decisão à Mesa após fazer um pronunciamento na sessão de ontem contra a interferência dos militares na Constituinte. De acordo com o parlamentar, essa interferência atinge até a questão da esterilidade, a jornada de trabalho, "e culminaram com declarações espantosas, de que não cumprirão certas normas constitucionais sobre a anistia se vierem a ser aprovadas pela Assembléia Nacional Constituinte".

O deputado enfatizou que em qualquer País democrático "tal declaração implicaria imediata correção disciplinar e incapacitação para exercício de investidura em qualquer grau de hierarquia".

Arruda pede CPI contra mineradoras

O líder em exercício do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio, pediu ontem do plenário da Constituinte a instalação de



uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias do jornal O Estado de São Paulo, sobre o envolvimento da CNBB numa conspiração internacional para desnacionalizar a Amazônia. Para o parlamentar a CPI servirá não para comprovar a denúncia vazia formulada pelo Estado, mas para desmascarar a manobra das empresas nacionais e multinacionais de exploração de minério, "que para não perderem o direito de exploração das terras indígenas, cometem um verdadeiro crime contra a imagem do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da CNBB".

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara dos Deputados não afastou a possibilidade de abertura de uma CPI, mas ressaltou que precisava examinar melhor o teor das denúncias para poder tomar uma decisão.

Para o líder em exercício do PDT, deputado Amaury Muller, tudo não passa de uma campanha desenvolvida por grupos estrangeiros, interessados na exploração das riquezas do subsolo nacional: "São interesses inconfessáveis. Eu atribuo essa campanha principalmente à recente decisão do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de proibir a exploração de minérios em terras indígenas, até a decisão soberana da Constituinte". Ele defende a instalação de CPI para apurar todo o processo de exploração do subsolo por empresas e sugere que a CNBB exija a retratação do autor da denúncia.

Apuração
Já o líder do PFL, deputado José Lourenço, diz que a denúncia tem de ser avaliada em toda a sua extensão, apesar do desmentido oficial da CNBB, mas não concorda com a abertura de uma CPI já que a questão deve ser examinada pela Constituinte e não pelo Congresso Nacional.

O deputado Celso Dourado (PMDB-BA), membro da Igreja Presbiteriana Unida, filiada ao Conselho Mundial de Igrejas, que foi denunciado com um dos órgãos envolvidos na conspiração, exigiu uma apuração rigorosa do Congresso Nacional sobre as denúncias veiculadas e prometeu acionar o Conselho para exigir retratação do autor da denúncia. Ele defende a instalação imediata de uma CPI para desmascarar as companhias de mineração, "estas sim interessadas na internacionalização da Amazônia e verdadeira ameaça à soberania do País". Segundo ele, o programa do Conselho Mundial de Igrejas em relação aos índios, não só no Brasil mas em todos os países que os marginaliza, é desenvolver um programa social para a preservação de sua cultura e respeito aos seus direitos".

Denúncia provoca reação da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem nota oficial de repúdio à denúncia do jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de domingo, de engajamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à CNBB, em um projeto de conspiração internacional propugnando o conceito de soberania restrita do Estado brasileiro sobre as terras indígenas. Na nota, a CNBB acusa o jornal de "visar claramente varrer da futura Constituição a garantia dos direitos indígenas" e ameaça tomar providências judiciais.

A CNBB propõe ainda que o Congresso Nacional apure as denúncias para, "a bem da verdade, constatar a sua improcedência". No documento, a entidade esclarece que o Cimi não tem qualquer ligação com o Conselho Mundial de Igrejas e que tampouco postulou o estabelecimento do estatuto de soberania restrita para as nações indígenas.

A CNBB reafirma também as duas propostas básicas do Cimi sobre a questão indígena: a de que o Brasil seja reconhecido como um Estado pluriétnico e que propõe a demarcação das terras indígenas, garantindo aos povos nativos o usufruto das riquezas nela existentes.